

## **Matéria “A Psicologia em situações de emergências e desastres”**

Entrevista com o engenheiro civil e mecânico **Maurício Campos de Souza**, militante da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência.

### **01. Como foi a atuação das autoridades municipais e estaduais frente à tragédia ocorrida no dia 05 de abril de 2010? Em sua opinião, ela foi feita de forma correta?**

A atuação do Poder Público diante das chuvas teve dois aspectos. No principal, que era o atendimento emergencial das vítimas das áreas atendidas, o que foi visto foi uma grande falta de coordenação entre os órgãos que são responsáveis por esse atendimento de emergência, como a Defesa Civil e a Geo Rio, muitas comunidades ficaram sem atendimento da Defesa Civil. Várias comunidades pelas quais eu tenho passado, ainda não receberam o atendimento até hoje, embora tenham ligado sistematicamente. Uma delas é a favela Pereira da Silva, em Laranjeiras. Eles têm há quase 1 mês solicitando vistoria. Isso é por um lado, a falta de coordenação. Embora tenha sido um evento de grandes proporções, não justifica a falta de agilidade no atendimento de várias áreas.

Por outro lado, houve uma agilidade muito grande por parte da Prefeitura e do Governo do Estado no sentido de aproveitar a tragédia com o objetivo de tomar uma série de atitudes que apontam claramente pro sentido de uma política de remoções a curto e a médio prazos. Dois dias depois de começarem as grandes chuvas, o prefeito Eduardo Paes já havia anunciado que tinha a intenção de remover duas comunidades, o morro dos Prazeres e o Laboriaux, que fica na Rocinha; no mesmo dia ele editou um decreto de emergência cuja justificativa principal seria atender as comunidades, mas, na verdade, o corpo do decreto tem coisas muito estranhas, como um artigo que permite acelerar o processo de desapropriação, uma coisa que não tem nada a ver com o atendimento emergencial de comunidades atingidas pela chuva. Pouco tempo depois, veio o decreto do governador Sergio Cabral, quando os resgates, Morar Seguro, que também tem um objetivo velado de remoção que estabelece um prazo de seis meses para realização de estudo de risco em todo estado e municípios que aderirem a essa programa do Governo do Estado. As decisões sobre o que vai ser feito nas comunidades que vão sofrer esse estudo de risco vão ser tomadas exclusivamente pelo poder executivo, de secretarias do governo do estado, sem a participação nenhum de CREA, das comunidades e de outras esferas do poder público.

Vimos que, na verdade, não houve uma atuação do poder público no sentido de um atendimento de emergência às vítimas e desabrigados e sim aproveitar a tragédia pra recolocar na ordem do dia uma política de remoção de favelas no Rio de Janeiro.

### **02. Qual é a sua opinião a respeito das políticas de remoção de algumas comunidades no estado do Rio de Janeiro? De que forma elas vão de encontro aos direitos sociais dessas pessoas?**

O direito a moradia e a garantia de permanência das pessoas onde elas moram, hoje, são cobertos por uma série de legislações e convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, e que são conquistas de muitos anos de luta, principalmente de comunidades mais pobres que sempre sofreram ameaças de remoção pelo fato de o poder público não encaminhar processos de regularização efetivamente reais, acompanhados de obras de infraestrutura, contenção e estabilização de encostas, canalização e dragagem de copos d'água no volume necessário pela quantidade de pessoas que moram nessas áreas. Quando se coloca o objetivo de remoção como solução para diversas situações de risco ou de implantação de projetos urbanísticos, como são os projetos previstos pra Copa de 2014 e as Olimpíadas de

2016, vemos que o predominante não é a garantia desses direitos conquistados, mas a visão de cada vez construir uma cidade segregada, onde os pobres são levados pra mais longe dos bairros ricos e que recebem investimentos públicos em infraestrutura urbana, e separar cada vez mais a população pobre da que possui maior renda. As grandes remoções dos anos 1960 e 1970 deslocaram grandes populações da Zona Sul para a Oeste, locais distantes do Rio de Janeiro, nas quais não existe a infraestrutura, as oportunidades de emprego e os serviços públicos como existem nas áreas mais consolidadas da cidade.

### **03. Como deve ser a atuação das autoridades em um momento de emergência?**

Elas sabem muito bem como fazer. Tanto a Defesa Civil, quanto a Geo Rio e outros órgãos têm técnicos capacitados para isso. Só não houve vontade das esferas superiores do governo de fazer. Nesses casos, o procedimento correto é um atendimento emergencial da Defesa Civil no sentido de localizar os riscos mais latentes e interditar provisoriamente a área onde pode haver acidentes subsequentes. A partir daí, faz-se um estudo da situação real desse local, se o risco permanece, se a encosta está instável, aguarda um período para ver o comportamento do solo. Ao mesmo tempo, já vem a segunda fase, quando os órgãos mais técnicos, como a Geo Rio, fazem um estudo mais voltado para a solução, que são as sondagens de solo, a topografia, pra determinar a configuração do terreno depois do deslizamento. E daí já se pode fazer um pré-projeto de uma obra de contenção com estimativas de custos e tudo mais. Esse é o procedimento normal que Defesa Civil, Geo Rio, Departamento de Recursos Minerais (DRM), entre outros, sabem muito bem o que fazer e já estão acostumados. E todo esforço do poder público logo depois da chuva deveria ser nesse sentido, nesse tipo de ação. Obviamente, nas proporções da tragédia do dia 05, ia exigir muito mais pessoas, voluntários. Mas a disposição da sociedade em ajudar existia, isso ficou claro. Só não houve a canalização dos esforços nesse sentido.

Essa deveria ser a primeira ação. Aí, depois de passado o período emergencial, poderia-se estabelecer uma discussão aprofundada das causas, dos problemas condicionantes e das soluções a médio e a longo prazo para se evitar tragédias semelhantes. Essa discussão mais aprofundada e demorada feita com mais calma certamente permitiria que se levantassem fatos como a existência de um decréscimo de investimento público, há pelo menos 10 anos, em obras de contenção e manutenção das obras de drenagem, principalmente em encostas habitadas por populações mais pobres, favelas, e ficaria muito mais claro quais seriam as medidas a serem tomadas para evitar novas tragédias.

Mas o poder público não fez isso. Agiu de uma maneira a criar uma discussão superficial e emocional, culpando as próprias vítimas da tragédia pelos acontecimentos, como se o Estado tivesse fazendo a parte dele e, apesar disso, a população das favelas continuasse a fazer uma ocupação desordenada, tentando responsabilizar completamente o pobre. Mas, na verdade, o Estado se aproveitou de um momento de tragédia e comoção para fazer uma discussão deformada, impedindo assim que a sociedade aprofundasse os verdadeiros problemas e tentar impor uma política de remoção.

### **04. De que forma a percepção de risco é utilizada na decisão por remover ou não determinadas comunidades?**

Em condições normais, sem estar sob tensão, todo mundo considera o risco de forma bem fria. Você sabe que, ao andar de bicicleta, você tem o risco de cair, e que ele aumenta de acordo com o aumento da velocidade ou em um terreno acidentado. Todo mundo sabe que o risco não é uma coisa absoluta, do estilo “existe ou não”. Existem riscos em determinados graus e esses graus aumentam em determinadas circunstâncias onde atuam os fatores de risco.

Inclusive, em termos científicos, na análise de risco, ele se traduz como uma probabilidade. Não se fala se existe o risco ou não, mas qual a probabilidade de acontecer determinado acidente. Numa situação de comoção e tensão, as pessoas perdem essa percepção e acabam vendo o risco como 100% ou 0%. De certa forma, regridem para uma percepção de risco própria de crianças, que ainda não consegue diferenciar essa gradação. E o que a imprensa e o governo fizeram foi aproveitar um momento de comoção para tentar induzir a sociedade a uma percepção desse tipo, infantil.

O risco é analisado de maneira graduada, o mesmo vale para solos e encostas. Existem graus de riscos, realizados por cálculos que estão bem estabelecidos por normas. Mas se se cria um choque psicológico e se aproveita um momento de comoção, além de ser ajudado pela forma sensacionalista que a imprensa trata esses casos, as pessoas começam a dar razão a visões simplistas de zero ou 100% de risco, de forma que a única maneira de você eliminar o risco total é eliminar os fatores de risco. Numa encosta, seria eliminar as pessoas que vivem nessa encosta. A partir disso, tenta-se passar essa justificativa para as políticas de remoção.

#### **05. Como a percepção de risco se relaciona com o que você chama de “capitalismo de desastres”?**

A noção de capitalismo de desastres foi criada por uma jornalista canadense chama Naomi Klein, que escreveu um livro sobre isso chamado “A Doutrina do Choque”. Ela começa discorrendo sobre o uso do eletrochoque nos anos 1940 e 1950, que visava a predispor o indivíduo a aceitar ou fornecer informações de forma acrítica, ou seja, quebrar barreiras que o levariam a filtrá-las. Ela faz uma analogia disso com o aproveitamento de certos atores, seja empresas ou governos, de momento de comoção – atentado ou desastre natural de grandes proporções - para levar a sociedade a se comportar da mesma forma, recebendo informações de forma não filtrada ou fornecendo-as, não possibilitando uma reflexão mais ponderada dos reais problemas. Isso tem a ver com a questão do risco. Se ele é refletivo de maneira ponderada, nunca se vai pensar em risco zero ou 100%. Vão-se estudar os graus desse risco e a partir do estabelecimento da probabilidade do risco, como ele vai ser tratado, até que ponto se pode viver com ele, como fazer para reduzi-lo. Se isso não é feito, se a sociedade é levada a uma predisposição psicológica e de opinião pública, fica fácil impor soluções que, em condições normais, as pessoas não aceitariam.